O sistema e a virada de 2020

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O goods and services tax (GST) de Singapura é um imposto sobre o valor agregado cobrado nos termos do Goods and Services Tax Act 1993 sobre fornecimentos de bens e serviços feitos em Singapura por um contribuinte no exercício de sua atividade e sobre importações. A alíquota padrão subiu de 7% para 8% em 1º de janeiro de 2023 e para 9% em 1º de janeiro de 2024.[1] O registro é obrigatório quando o faturamento tributável excede S$ 1 milhão em um ano civil ou quando se espera que o exceda nos doze meses seguintes, sendo possível o registro voluntário abaixo desse limite.[2] O IVA suíço funciona segundo os mesmos princípios, com alíquota padrão de 8,1% desde 1º de janeiro de 2024 e limite de registro de CHF 100.000 de faturamento mundial (ver Parte G, Capítulo V). O leitor suíço achará a arquitetura familiar e os detalhes diferentes.

Até o fim de 2019, o fornecimento de uma criptomoeda era tratado em Singapura como prestação de serviços. Quem vendia Bitcoin por dólares de Singapura realizava um fornecimento tributável, enquanto quem pagava um café em Bitcoin realizava dois fornecimentos, um do café e outro do Bitcoin. O resultado era a dupla tributação de todo uso de um token como pagamento e um ônus de cumprimento que nenhum outro meio de troca suportava. A IRAS realizou uma consulta pública em 2019 e alterou a regra com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020. Desde então,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

o fornecimento de um digital payment token (token de pagamento digital) é isento quando feito em troca de moeda fiduciária ou de outro digital payment token, e o uso de um digital payment token como pagamento é desconsiderado como fornecimento.[3] A mudança alinhou Singapura à decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia no caso *Hedqvist* e à prática suíça que trata a troca de tokens de pagamento como operação isenta do setor financeiro.[4]

Notas

1. Goods and Services Tax Act 1993 (2020 Rev. Ed.), seções 8 e 16; Goods and Services Tax (Amendment) Act 2022 (aumento da alíquota em duas etapas). ↩
2. Goods and Services Tax Act 1993, First Schedule, pars. 1 e 9 (registro obrigatório e voluntário). ↩
3. IRAS, e-Tax Guide *GST: Digital Payment Tokens*, terceira edição, 30 de janeiro de 2026 (primeira edição de 19 de novembro de 2019, segunda edição de 3 de agosto de 2022), pars. 6.4 e 6.5 (troca e empréstimos de DPTs isentos) e seção sobre o uso de DPTs como pagamento (fornecimento desconsiderado). ↩
4. Tribunal de Justiça da União Europeia, Skatteverket v David Hedqvist, processo C-264/14, acórdão de 22 de outubro de 2015. Para a Suíça, ver FTA, MWST-Info 04 e a declaração de prática da FTA sobre criptomoedas, discutidas na Parte G, Capítulo V. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.